

Gestão Democrática em foco

Grazia De Grazia¹

Todos(as) os(as) cidadãos(ãs) têm direito de participar através de formas diretas e representativas do controle, planejamento e do governo das cidades, priorizando o fortalecimento, transparência, eficácia e autonomia das administrações públicas locais e das organizações populares (Carta Mundial pelo Direito e Cidade).

A luta por uma Gestão Democrática tem desafiado os atores sociais e agentes públicos há muito tempo. Na história brasileira tivemos a ditadura militar que proibiu a existência desta luta por vinte anos, mas a partir dos anos 80 ela volta com mais ênfase. No entanto, o conservadorismo político com tradições patrimonialistas, a falta de cultura política da participação cidadã, o clientelismo, os interesses particularistas e privatistas e a imensa desigualdade social são impeditivos permanentes na nossa sociedade para potencializar e multiplicar as experiências inovadoras que vêm sendo praticadas, no país, desde os anos 90, especialmente em nível local.

O debate da construção dessa forma de gestão pressupõe alguns elementos importantes:

- O compromisso e a determinação do governante de compartilhar o poder de decisão com a sociedade na definição das políticas públicas e dos investimentos;
- O respeito pelas diferenças de pensamento, sem abdicar da condição e da responsabilidade da proposição;
- Acesso às informações, para possibilitar uma compreensão maior e melhor da realidade social e do Estado e de sua governabilidade;
- Constituição de espaços, canais ou instâncias de participação da sociedade, de forma conjunta – sociedade e governos –, contemplando todos os setores sociais existentes, na proporcionalidade correspondente com a dimensão social de exclusão;
- O compromisso com a promoção da democratização do Estado para torná-lo transparente, descentralizado e assegurando o controle social², sobre as ações governamentais;
- A construção permanente de atores/sujeitos sociais-políticos autônomos.

Uma gestão democrática também não pode prescindir de uma análise da realidade social e do impacto das políticas existentes para que as formas de participação não fiquem esvaziadas de conteúdo ou de sentido. Pressupõe, portanto, reconhecer a exclusão territorial de contingentes populacionais, que não usufruem de condições humanas de vida e da conquista da cidadania e elaborar políticas integradas que garantam o “direito e acesso à cidade”, visto que está em questão, o acesso, a permanência, a mobilidade e os direitos da população excluída, no território.

Por outro lado, a qualidade de uma gestão democrática dependerá também do comprometimento da população, através de sua mobilização, capacitação e predisposição para o debate político das realidades, que precisa ser demonstrado em ações concretas e contínuas para que a experiência adquira confiança e o reconhecimento de toda a população. É preciso ressaltar que cada espaço de participação possa ser preenchido por três elementos fundamentais: o debate das carências, a escolha das prioridades e o controle social da execução.

Por fim, para finalizar esses rápidos pontos de reflexão, gostaria lembrar uma exigência inerente à atual conjuntura, que é o monitoramento da abrangência da experiência. Além da consistência da representação dos atores e da própria experiência se faz necessário a implementação de estratégias que potencializem o debate na esfera pública. A apropriação dos novos valores em construção, por parte da população, precisa estar em pauta permanentemente, visto que vivemos sob o poder de uma poderosa mídia, que também discute diariamente valores e princípios do cotidiano.

Experiências novas de gestão democrática que iniciaram no Governo Lula merecem ser conhecidas e analisadas. Indicaria a experiência do processo de realização da Conferência Nacional das Cidades e do Conselho das Cidades, coordenado pelo Ministério das Cidades.

¹ Assessora de Relações Comunitárias da Secretaria Executiva do Conselho das Cidades, no Ministério das Cidades e Técnica licenciada do Programa Nacional pelo Direito à Cidade da Fase

² É importante destacar que em nosso país temos muitos instrumentos que podem potencializar o controle social porém, pouco usados, como é o caso do plebiscito, do referendo, da iniciativa popular de lei, das audiências públicas bem divulgadas, do estudo de impacto de vizinhança. Para denunciar algum fato que fere a gestão democrática o Ministério Público é uma instituição pública que pode contribuir para resgatar e construir formas mais adequadas de participação da população



Orçamento Público em municípios de Pernambuco: relato de uma experiência de controle social

André Araripe Pacheco de Souza


O Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) vem atuando, há cinco anos, no controle social do orçamento público, em parceria com diversas instituições e em diálogo junto a fóruns nacionais e locais. Em Pernambuco, a atuação tem ocorrido em 18 municípios de pequeno porte do interior, em parceria com entidades e fóruns locais. O conjunto das atividades tem possibilitado uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas e na sua gestão, por parte dos diversos atores (sindicatos, conselhos, organizações populares), de modo a concorrer para o amadurecimento do regime democrático e a garantia dos direitos humanos, em especial o direito à participação política, ao acesso à informação e aos bens e serviços coletivos.

A intervenção do CCLF vem se dando em três âmbitos: *a) no estímulo às iniciativas e práticas de controle social do orçamento de municípios do estado de Pernambuco; b) na democratização dos meios de comunicação*, na perspectiva do direito ao acesso às informações públicas; *e c) na ampliação do debate sobre o ciclo orçamentário* (PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual), a partir do fortalecimento de articulações nacionais e locais, a exemplo do Fórum Nacional de Participação Popular, do Fórum Brasil de Orçamento e dos fóruns municipais de orçamento público. Dessa forma, o Centro de Cultura Luiz Freire tem qualificado seu engajamento nessa pauta, a partir dos espaços de construção e troca de experiências, conhecimentos e intervenção coletiva, a exemplo da consulta à sociedade para elaboração do PPA do Governo Federal (2004 – 2007), dentro do processo articulado pela Abong (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais).

Especificamente a intervenção em municípios pernambucanos tem possibilitado aprofundar reflexões sobre metodologias de controle social do orçamento público. Ao adotar os princípios da participação e da solidariedade na construção dos saberes e da atuação política, o CCLF tem sido desafiado a aperfeiçoar as diretrizes metodológicas de sua atuação. Nesta direção, a ampliação do domínio sobre as possibilidades de leituras técnica e política do orçamento público, por parte das organizações locais, que inicialmente nos parecia ser o maior desafio, nos apontou a necessidade de incorporar duas novas diretrizes à atuação, ambas embasadas em procedimentos de monitoramento (avaliação e planejamento): *1) ampliar a articulação de atores locais em torno da atuação; e 2) criar estratégias de diálogo com os poderes públicos, sobretudo Executivo, Legislativo Municipal e Ministério Público.*

A inclusão dessas novas diretrizes foi motivada pelas dificuldades encontradas na ampliação das articulações locais, sobretudo pelo fato de que a maior parte das organizações não percebem a dimensão orçamentária como integrante e potencializadora de sua atuação, resistindo, assim, a engajarem-se; e pela pouca habilidade por parte da sociedade civil e do poder público em exercitar o diálogo, predominando as práticas clientelistas e assistencialistas, mantidas à base de relações coronelistas e de subserviência.

A reorientação metodológica da intervenção tem possibilitado a superação de desafios, muitos imprevistos inicialmente, rendendo resultados que apontam na direção dos objetivos estabelecidos. Dessa forma, hoje se tem uma maior consolidação das articulações locais, evidenciada pela constituição de 09 fóruns municipais de democratização do orçamento, que agregam um importante número de entidades e conselhos municipais (cerca de 180 ao todo). Além disso, os conteúdos de formação (re)orientam-se pelo estágio da articulação e pelas estratégias de diálogo com os poderes públicos. Já as iniciativas de diálogo, por sua vez, tem se ampliado, possibilitando que instrumentos democráticos se efetivem, como as audiências públicas; que trâmites burocráticos do Executivo e do Legislativo sejam mais transparentes; e que a sociedade civil efetivamente tenha interferência na gestão orçamentária, em seu planejamento e execução.

A experiência do CCLF, mesmo com as conquistas realizadas, nos aponta que os desafios do controle social do orçamento público em Pernambuco ainda são grandes. É preciso avançar com os processos de formação, articulação e pressão política, tendo nos meios de comunicação, aliados estratégicos para formação de uma opinião e uma cultura política que perceba o orçamento público como um instrumento de gestão que deve favorecer a efetivação dos direitos humanos na sua plenitude. 

André Araripe Pacheco de Souza é integrante do Programa de Democratização da Gestão Pública do Centro de Cultura Luiz Freire - www.cclf.org.br

Democratizando o orçamento



Nubimar, Maria Aparecida, Ruth e Luiz Mario

As iniciativas populares de gestão participativa são uma realidade em todo o Brasil. No Rio de Janeiro, o destaque fica por conta do Fórum Popular de Orçamento, criado há nove anos, a partir do seminário “Orçamento do Rio em debate”. A partir dali, diversas entidades e cidadãos articulados vêm promovendo ações que têm como objetivo principal democratizar o orçamento público. A economista do PACS, Ruth Espínola Soriano, conversou com a advogada Nubimar Tinoco, Maria Aparecida Fenizola, do IDEPS (Instituto de Desenvolvimento de Estudos Políticos e Sociais) e com o economista Luiz Mario Behnken sobre a experiência do Fórum. Todos os são membros da coordenação executiva do Fórum. Confira abaixo os principais trechos deste bate-papo:

Como funciona o Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro?

O FPO/RJ é uma articulação de entidades (movimentos de base, ONGs, universidades, associações comunitárias e de moradores, sindicatos, conselhos municipais, entidades profissionais, institutos de pesquisa, pastorais e centros acadêmicos) e cidadãos, que têm como proposta democratizar o orçamento público. E isso se dá através de ações voltadas a promover a transparência, participação e prioridades sociais em todo processo orçamentário. Atualmente o Fórum se reúne uma vez todo mês, de forma mambembe entre as sedes do Fórum Popular do Orçamento com a articulação com o Fórum Popular do Plano Diretor do Rio de Janeiro. Todos os participantes atuam de forma voluntária e as reuniões são abertas à participação pública.

Quais os campos de atuação do Fórum?

Na Câmara Municipal, o Fórum atua, mais precisamente, na tramitação legislativa referente à apreciação, votação e fiscalização do processo orçamentário. Além do fato do Poder Legislativo ser espaço por excelência de representação social, a disposição do Poder Executivo - até o momento - de promover o debate público sobre o orçamento tem sido inconstante e pouco densa. A ênfase da ação legislativa do Fórum tem recaído no encaminhamento de emendas, via parlamentares afinados, que tratam invariavelmente das suas três dimensões já descritas: transparência, participação e prioridades sociais.

Como o Fórum é viabilizado economicamente?

O Fórum, graças ao compromisso e à criatividade de seus membros, tem produzido diferentes formas e/ou instrumentos, para alcançar seus objetivos. Lembramos que o Fórum não se constitui em uma entidade jurídica, mas todas as ações e atividades, que implicam em custo financeiro, são arcadas pelas entidades participantes. A contribuição financeira é graduada pelo porte da entidade e por outras formas de colaboração, levando-se em consideração o grau de comprometimento com a organização. A contribuição é também determinada pelas demandas do planejamento anual. Como exemplo destacamos que um dos microcomputadores utilizados atualmente pelo FPO/RJ foi adquirido através do apoio financeiro do Fundo Saap/FASE em 2000; a impressora que utilizamos foi doado pelo IDEPS e as cartilhas publicadas e distribuídas foram garantidas diante de um conjunto de entidades, especialmente: FISENGE/RJ, IBASE, IBAM.PACS, SINDECON. A acolhida do Fórum por parte do CORECON-RJ tem sido essencial para a sua atuação. De igual modo na composição da equipe técnica do FPO/RJ, através de duas bolsas-estágio para estudantes de economia do Estado do Rio de Janeiro.

Além de atuar na pressão junto ao Legislativo, o FPO desenvolve outros trabalhos?

O Fórum também atua no sentido de capacitar na técnica orçamentária. Para isso, realizamos cursos para lideranças comunitárias, universidades, jornalistas econômicos, nos quais se apresentam conceitos, histórico, tramitação legislativa e estudo de casos selecionados do processo orçamentário. Ainda no campo da capacitação, há quatro anos o Centro de Teatro do Oprimido, entidade integrante do Fórum, promoveu peças teatrais (de rua) com a temática orçamentária. A idéia é popularizar e desmistificar o orçamento público. Identificamos ainda como outra atuação direta nossa inserção no debate sobre gestão pública e técnica orçamentária em meios de comunicação de massa, assim como junto a representantes da área pública, em especial no apoio ao Ministério Público na fundamentação de várias representações.

Um dos instrumentos de comunicação do Fórum são as cartilhas. Quais os temas abordados e a quem se destinam?

As cartilhas cumprem um papel importante ao fornecer um instrumental básico para o entendimento da questão orçamentária e das formas de intervenção popular em sua definição e fiscalização. Já estamos na terceira cartilha: “Cidadania no Orçamento”, “Eu, Tu, Ele e o Nosso Dinheiro” e “De olho no Orçamento”, que já está na segunda edição. Todas elas são distribuídas gratuitamente diante de solicitação e podem ser replicadas, uma vez citadas as fontes. A página do Fórum disponibiliza também seus conteúdos (www.fporj.blogspot.com.br).

Atualmente, qual o principal projeto que está mobilizando o Fórum?

Atualmente mantemos uma dinâmica de trabalho juntamente com o Fórum Popular do Plano Diretor em que acompanhamos os preparativos para a implementação dos Jogos Pan-Americanos na nossa cidade, em especial o orçamento da Agenda Social, cujas 25 metas sociais foram determinadas pelo próprio Poder Executivo. Concomitantemente, mantemos estudos temáticos no orçamento (educação, saúde, população de rua, publicidade e propaganda etc) a fim de subsidiar e instrumentalizar entidades da sociedade civil carioca em suas lutas.

Trocando em Miúdos com cartilha

Já está no ar o sexto CD da série “Trocando em Miúdos – Um Programa de Rádio para você entender de Economia”, uma realização do PACS, com produção do Criar Brasil. Desta vez os temas abordados são Políticas Públicas, Dívida Externa, Economia Solidária e Mulheres, Agricultura Familiar x Agronegócio e Desemprego. A novidade é que agora o CD está acompanhado de uma cartilha com os conceitos da economia solidária, o significado das diversas siglas do mundo econômico e algumas dicas sobre técnicas de radiojornalismo. Os CDs foram distribuídos para 800 rádios de todo o Brasil. Mais informações: (21) 2210 2124 ou pelo correio eletrônico: pacs@pacs.org.br



Fotonovela sobre consumo

O PACS está lançando também “Consuma que eu te devoro”, uma fotonovela cujo objetivo é alertar as pessoas sobre a ação das empresas transnacionais e chamar a atenção para o fato de que o consumo não é neutro: quando compramos, damos dinheiro para as empresas. E o que são estas empresas? Como se dá sua atuação na sociedade? O que representam seus produtos? Com um texto leve e divertido, a fotonovela traz também caixas de informação sobre a atuação de transnacionais. No final, estão listadas as fontes das informações sobre as empresas, bem como locais onde é possível se fazer um “outro consumo”. A fotonovela será lançada no final de novembro. Mais informações: (21) 2210 2124 ou pelo correio eletrônico: pacs@pacs.org.br

Em que Rio navegamos?

O Fórum Popular do Orçamento do RJ realiza no dia sete de dezembro o Seminário “Em que Rio navegamos?”. Durante o evento, o PACS estará lançando o vídeo “De Olho no Orçamento”, produzido em parceria com o Fórum Popular do Orçamento e com participação do Fórum Popular do Plano Diretor do RJ, do Fórum Popular de Salgueiro/PE, Centro Luiz Freire/PE, Fórum Brasil do Orçamento, IBAM, Campanha Jubileu Sul Américas e Campanha da Auditoria da Dívida. Informações e inscrições: fporj@bol.com.br ou 2232 8178 r. 33 (no período da tarde). O evento será realizado no Corecon-RJ (Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Centro), de 18 às 21h.



Superávit Primário

Já se esgotou a primeira edição do Caderno “Superávit Primário”, uma produção do Fórum Brasil do Orçamento, com texto de Flavia Filipini, Renata Lins (PACS) e Rodrigo Ávila (UNAFISCO). Lançado em setembro, em Brasília, o caderno pretende mostrar de forma simples que a política de realização de superávits primários não é uma inevitabilidade. Trata-se de um caminho escolhido pelo governo brasileiro, a partir da orientação do FMI e do Banco Mundial, com graves conseqüências para as políticas sociais e para o crescimento do país. O caderno mostra o que poderia ser realizado com os recursos não-gastos por causa da necessidade de mostrar um saldo superavitário, e no final dá exemplos de países que não seguiram este caminho. O Caderno pode ser encontrado na página do FBO (www.forumfbo.org.br) ou na página do PACS (www.pacs.org.br).

Endividamento e Auditoria

Nos dias 09, 10 e 11 de novembro acontece em Brasília o Seminário Internacional sobre o Endividamento e Auditoria da Dívida Externa. Entre os temas a serem discutidos estão “Dívida, Comércio e as Políticas Sociais” (Marcos Arruda, PACS), “Ética e Dívidas Sociais” (Dom Demetrio Valentini, CNBB), “Auditoria da Dívida Ecológica” (Aurora Donoso, Equador) e “Auditoria Cidadã da Dívida: uma experiência brasileira” (Maria Lucia Fattorelli). O evento será realizado no auditório Petrônio Portella, no Senado Federal, e contará com a participação dos deputados e senadores. Informações: (11) 5572 1518 ou pelo correio eletrônico: jubileubrasil@terra.com.br



Caminhos alternativos para a construção da cidadania

Luciano Fedozzi*

O tema da participação popular não é inédito na história do Brasil, mas, adquiriu um novo *status* na agenda política nacional, advindo das múltiplas transformações estruturais que vêm ocorrendo nas últimas três décadas, quando o País deixou de ser agrário-exportador para se tornar predominantemente urbano e industrial.

Nesse contexto de transformações estruturais, a redemocratização consagrada pela Constituição de 1988 determinou maior autonomia e mais recursos para os municípios, revalorizando o poder local - em que pese a reconcentração dos recursos pela União verificada nos últimos anos. A partir do final de 1970 e início dos 80 surgiram novos atores e movimentos populares urbanos que passaram a lutar, na esfera pública que se ampliava, pelos direitos básicos da cidadania, pressionando o Estado e o sistema político nascente a dar respostas para suas reivindicações pelo direito à cidade. Foram abertas possibilidades de práticas inovadoras de gestão pública, ampliando-se experiências de participação da população na gestão local por meio de diversos arranjos criados para tal objetivo.

Uma das formas inovadoras de participação ocorre por meio dos Orçamentos Participativos (OP's), espécie de paradigma de democracia participativa que, inspirados no efeito-demonstração oriundo da experiência de Porto Alegre, iniciada em 1989, vêm se ampliando no Brasil, sendo adotado em cidades de outros países centrais e periféricos.

A análise sobre os fatores importantes que intervêm nas experiências de construção dos OP's mostra que as possibilidades de êxito dessa *invenção democrática* estão associadas, entre outras, à centralidade que esse instrumento ocupa, ou não, na estratégia global de governo e na estrutura operativa da administração. Por isso, uma das questões válidas para análise dos processos de participação em curso diz respeito ao lugar que ela ocupa no sistema decisório local, se *periférico* ou *nuclear*.

A importância de intervenção popular no orçamento público deriva exatamente do caráter *nuclear* que este possui como principal instrumento de gestão do Estado moderno. O orçamento sintetiza a normatização da cidadania, pois rege os *direitos* e os *deveres* que nascem da reciprocidade entre governantes e governados e das relações entre os poderes representativos do Estado. Por isso, o orçamento é expressão de como se dá e de onde provém o fundo público (receitas) e da forma que esse produto é socialmente distribuído (despesas). O orçamento é o *núcleo duro* do planejamento governamental e se insere no campo das chamadas *decisões políticas fundamentais* da gestão do Estado.

“É possível destacar pelos menos cinco situações ou variáveis que concorrem para a qualidade e a efetividade desse processo, sem que isso signifique supor um único modelo de OP a ser adotado ou transposto para realidades distintas. São elas: (1) existência ou não de canais institucionais regulares de participação criados para a viabilização específica do OP; (2) existência de regras claras do jogo para a regulação de todo o processo e a forma como elas são elaboradas; (3) nível de institucionalização administrativa, isto é, nível de comprometimento e capacitação dos órgãos municipais para incorporar essa nova forma de gestão; (4) grau de poder decisório real sobre os recursos e amplitude de definição sobre a peça orçamentária; e (5) grau e tipos de ação e organização coletiva das comunidades, além do tipo de cultura e de consciência predominante”.

Devido à importância sócio-política dos orçamentos públicos, a sua discussão com a sociedade civil e, em especial, com os setores excluídos, adquire importância central para o avanço da democracia e da justiça social como uma de suas fontes de legitimação. Todavia, trata-se de uma tarefa difícil, pois prevê o *compartilhamento do poder de decisão* com a população, seja por parte do corpo técnico-burocrático - que, em geral, detém o monopólio do saber técnico, das informações e dos procedimentos administrativos -, seja com os dirigentes dos Executivos e dos parlamentos locais.

O OP tem se constituído como uma das mais promissoras alternativas de inclusão social e de construção da democracia participativa. A participação, no entanto, não significa mais democracia, mais igualdade ou mais cidadania. Dependendo da situação concreta, pode gerar uma dinâmica contrária ao nosso histórico autoritarismo e às formas patrimonialistas e clientelistas de apropriação dos bens públicos. Mas, pode se traduzir, também, em nova roupagem para a reprodução de velhos conteúdos de dominação e de tutela. Por isso, a participação local é mais um território de disputa que não pode alimentar panacéias, mas, tampouco, deve ludibriar comunidades com simulacros de participação.

Quando associado à partilha do poder de decisão (co-gestão) o OP pode traduzir-se em inversão de prioridades dos investimentos públicos em favor dos setores excluídos, em fortalecimento da autonomia dos atores populares e em criação de novas instituições de solidariedade social, elementos fundamentais para a construção da cidadania. Isso, entretanto, é apenas uma *possibilidade* que depende de cada situação concreta e, sobretudo, da relação de forças capaz de produzir mudanças nesse sentido.

*Doutor em Sociologia e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Gabinete de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre na gestão que implantou o Orçamento Participativo (1989-1992). Autor dos livros: “Orçamento Participativo - Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre” e “O poder da aldeia - Gênese e história do Orçamento Participativo de Porto Alegre” - Fedozzi@cpovo.net



Encontro Nacional dos Grupos de Trocas Solidárias, realizado em Mendes

Sobre a Construção de Encontros Solidários

Katia Aguiar

Nos últimos anos, o movimento da Economia Solidária tem demonstrado sua potência especialmente pela capacidade de aproximar iniciativas diversas da sociedade, de contraposição ao atual modelo econômico, e pelas conquistas na criação de espaços junto aos governos, para o exercício da pressão e da negociação. Embora ainda modestas, a troca entre as iniciativas e a aproximação com governos, locais e federal, são avanços importantes e fundamentais para a ampliação da capacidade de interferência do movimento na elaboração de políticas públicas.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Ministério de Trabalho e Emprego, é uma referência exemplar desse processo. Sua criação, em 2003, foi tanto o coroamento do acumulado de discussões, experiências e elaborações de propostas, quanto a inauguração de uma relação inédita entre organizações e movimentos sociais e o Planalto Central. Dois eventos ajudam a ilustrar tal ineditismo: O Iº Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária e o Iº Encontro Nacional dos Grupos de Trocas Solidárias.

O Encontro Nacional de Empreendimentos, realizado no Distrito Federal de 13 a 15 de agosto, reuniu aproximadamente 2.300 pessoas, com o objetivo de dar visibilidade à economia solidária e fortalecer a identidade dos empreendimentos. A definição das propostas, priorização de temas e construção da metodologia frutificaram a partir de uma série de reuniões da comissão organizadora, eleita em assembléia da coordenação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Composta por representantes regionais dos empreendimentos de economia solidária, entidades de assessoria e representantes da SENAES, a comissão deu provas do quanto pode ser fértil o campo das disputas, quando balizadas pela valorização dos diferentes saberes e pela capacidade de conciliação dos poderes.

Entre os dias 10 e 12 de setembro, em Mendes/RJ, 120 participantes de grupos de trocas do Brasil, México e Argentina, trabalharam em grupos, plenárias e oficinas, temas/desafios ao aprimoramento das práticas de troca. O objetivo que orientou os trabalhos foi o de potencializar o projeto nacional de Economia Solidária a partir das experiências de trocas solidárias com moedas sociais e circulantes locais. Mais uma vez, a importância de contemplar a diversidade de inserções dos participantes, de suas experiências locais, e o esforço para problematizar as políticas governamentais, deram o tom do Encontro.

O desempenho da SENAES dá mostras da pertinência de sua existência, mesmo considerando que a promoção da Economia Solidária, no cenário da atual política econômica do Governo Federal, seja carregada de contradições. Não sem contradições e equívocos também caminham algumas propostas da sociedade. A aposta parece estar na possibilidade de criar condições do exercício político direto, no qual o poder de convocação e de organização das populações não seja sufocado por exageros pedagógicos por parte de suas lideranças, representantes e, é claro, por parte dos grupos governantes. ☺



Publicação trimestral do Pacs – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul

Apoio: Christian Aid, Trocaire e Ação Quaresmal

Coordenação-Geral: Marcos Arruda

Coordenação de Programas: Sandra Quintela

Conselho Editorial: Alain Simon, Hermila Figueirêdo, Lúcia Ribeiro, Jussara Oliveira, Kátia Aguiar, Robson Patrocínio, Renata Lins, Ruth Espínola Soriano de Souza Nunes e Terezinha Pimenta

Distribuição: Gustavo Jorge Vacchi e Leilane Brito

Sugestões, críticas ou pedidos de exemplares? Fale conosco, teremos muito prazer em responder:

Av. Rio Branco, 277 - 16º andar - sala 1609
Centro • Rio de Janeiro • RJ • CEP 20.040-009

Tel/Fax: (21) 2210-2124

www.pacs.org.br - pacs@pacs.org.br

Utilidade Pública Federal - Port. nº 2.476,
de 17/12/2003 - D.O.U. de 18/12/2003

Conselho Municipal de Assistência Social -
inscrição nº 620 - D.O.M. de 28/10/2003

Edição: Lúcia Ribeiro MTB-899/04/105CE

Projeto gráfico e diagramação: Rogério Nascimento

Ilustrações: Gilberto Maringoni, retiradas da Cartilha “De Olho no Orçamento”, do Fórum Popular do Orçamento.

Impressão: Grafthaly

Tiragem: 2.500 exemplares